



LEGISLATIVO

Com folga, Câmara aprova PEC do fim da escala 6 x 1

Deputados dão aval à proposta para redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Texto segue para o Senado

» FERNANDA STRICKLAND
» DANANDRA ROCHA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A Câmara aprovou, ontem à noite, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6 x 1. O texto recebeu aval com 472 votos favoráveis a 22 contrários, no primeiro turno, e de 461 x 19, no segundo, bem acima do mínimo de 308 votos exigidos para alterações na Constituição. Agora, a proposta segue para avaliação do Senado.

A PEC reduz a jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas e amplia o descanso semanal para duas folgas, sendo uma delas preferencialmente aos domingos — sem redução do salário. Também estabelece uma transição de até 14 meses para a implementação das mudanças (veja quadro ao lado).

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que a mudança leva qualidade de vida aos trabalhadores. “Mais do que falar sobre horas trabalhadas, o debate que fizemos aqui foi sobre tempo de vida. É sobre o direito de viver e não apenas sobreviver”, enfatizou.

O parecer aprovado em plenário teve como base o substitutivo do deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA), elaborado a partir da PEC 221/19, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), e da PEC 8/25, da deputada Erika Hilton (PSol-SP).

Horas antes, a comissão especial da Câmara havia aprovado o texto-base da PEC por 34 votos favoráveis e quatro contrários.

Parlamentares ligados ao setor produtivo argumentam que a redução da jornada pode elevar custos para empresas, pressionar a inflação e dificultar o funcionamento de setores essenciais da economia.

Troca de farpas

Na queda de braço sobre a PEC, o PL tentou emparelhar os apoiadores da 6 x 1, ao lançar proposta de jornada de 4 x 3 — quatro dias de trabalho e três de descanso semanal. A ofensiva provocou forte reação da base governista e transformou a tramitação da PEC em uma disputa de narrativas entre governo e direita sobre quem, de fato, representa os interesses dos trabalhadores.



Parlamentares comemoram aprovação: PEC estabelece dois dias de repouso semanal remunerado, um dos quais preferencialmente aos domingos

Na terça-feira, após reunião da bancada, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), anunciou que a legenda apresentaria destaque para a escala 4x3. Em discurso no plenário, o parlamentar afirmou que o partido quer “o trabalhador trabalhando menos, descansando mais e ficando ao lado da família” e provocou legendas de esquerda ao cobrar apoio ao texto. “Quero ver os petistas colocando a digital deles nessa proposta”, declarou.

Ao **Correio**, o deputado André Fernandes (PL-CE) disse que a oposição decidiu deixar de enfrentar diretamente pautas populares apresentadas pelo Executivo. “Chega de tentar barrar proposta populista do governo, e a oposição sair como vilã”, justificou. “O que eles querem é sair como defensores do povo trabalhador, e depois a rebordosa vir no ano que vem.”

Saiba mais

Sessão de oito minutos

» A Câmara realizou, ontem, uma sessão no plenário da Casa de apenas oito minutos para permitir a votação da PEC que põe fim à escala 6x1. A sessão foi aberta às 8h03, pelo deputado Charles Fernandes (PSD-BA), e teve apenas o pronunciamento do deputado Jorge Solla (PT-BA), em defesa da votação da redução da jornada de trabalho. Às

A base governista revidou. A deputada Maria do Rosário (PT-RS) classificou a proposta do PL como “cínica” e acusou a direita de tentar inviabilizar o acordo

8h11, Fernandes encerrou os trabalhos e convocou outra reunião deliberativa no plenário para às 15h. » Embora curta, a sessão serviu para contar o prazo do pedido de vista apresentado pela oposição em relação ao relatório do deputado Leo Prates (Republicanos-BA) sobre a PEC da escala 6x1. Com isso, o texto pôde ser analisado pela comissão especial e seguir para o plenário.

construído entre governo, centrais sindicais e parlamentares. “A oposição não quer nem a 5x2. Quer manter a 6x1. Agora aparece defendendo três dias de descanso.

Isso é um jogo de cena parlamentar”, disparou.

Segundo a parlamentar, o modelo 4x3 nunca foi discutido com entidades sindicais nem possui respaldo suficiente para avançar no Senado. Para ela, a proposta foi apresentada apenas para dividir o plenário e dificultar a aprovação do texto negociado. “Dividindo o plenário, eles inviabilizam os dois dias de descanso”, declarou.

A deputada Erika Hilton elevou o tom contra a oposição e acusou o grupo de tentar “enterrar” a PEC por meio de uma manobra política. Segundo ela, parlamentares da direita passaram meses atacando a proposta de redução da jornada e mudaram de discurso apenas após perceberem o apoio popular à pauta. “Eles fizeram tudo para impedir. Agora querem enterrar a proposta de forma discreta para manter a 6x1”, afirmou.

Principais pontos

» A PEC reduz a jornada máxima de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução salarial e com dois dias de folga, não necessariamente consecutivos, além de uma transição gradual de 14 meses após a promulgação.

» Também foi incluída a determinação de que as regras de duração e controle da jornada não valerão para trabalhadores com ensino superior e que receberão acima de dois tetos e meio de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), hoje em R\$ 21.188,87. O controle só será feito por “liberalidade do empregador ou se houver previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho”. Essa regra não será aplicada a funcionários públicos ou empregados de empresas estatais.

» Convenções coletivas entre empresas e trabalhadores devem ser atualizadas 60 dias após a promulgação da proposta de emenda à Constituição.

» Outro artigo estabelece que uma lei complementar “poderá estabelecer medidas transitórias, condicionadas à manutenção de níveis de emprego, de mitigação dos impactos” para os microempresários individuais (MEIs), para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

» O texto prevê ainda que contratos já firmados pela administração pública, que dependam diretamente de mão de obra, terão de passar por aditivos contratuais para recompor o equilíbrio econômico-financeiro após a redução da jornada de trabalho. O texto estabelece prazo de até 12 meses após a promulgação da emenda para que essa adaptação seja formalizada.

Alcolumbre coloca em vigor vale-tudo eleitoral

O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), promulgou, ontem, quatro dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que haviam sido alvo de veto presidencial. Um deles permite doação de bens, valores e benefícios como cestas básicas, tratores e ambulâncias a estados e municípios no meio da campanha eleitoral.

Na quinta-feira, o Congresso derrubou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de emenda à LDO. O chefe do Executivo havia avaliado que o dispositivo é “inconstitucional e contraria o interesse público”, pois cria uma exceção à legislação eleitoral e por tratar de um tema que não é competência da lei orçamentária.

A Constituição estabelece que o presidente da República tem até 48 horas, após ser comunicado oficialmente pelo Congresso,

para promulgar uma lei. Quando o prazo expira sem manifestação do chefe do Executivo, como nesse caso, a tarefa passa automaticamente ao presidente do Senado e do Congresso Nacional. Em caso de nova omissão, a responsabilidade é transferida ao vice-presidente da Casa.

Segundo a nova regra publicada, as doações de bens e valores não vão configurar descumprimento do chamado “defeso eleitoral” — que proíbe as transferências três meses antes da eleição. No entendimento de técnicos do Congresso, a medida alcança até mesmo o pagamento de projetos bancados com emendas parlamentares.

Os congressistas retornaram ainda dois trechos que liberam o envio de recursos para construção e manutenção de rodovias estaduais e municipais e à malha hidroviária de estados e municípios,

tirando restrições ao financiamento de ações que não são de competência da União com dinheiro federal.

Outro veto derrubado permite que municípios de até 65 mil habitantes que estejam inadimplentes celebrem convênios durante o período eleitoral. Antes da sessão conjunta que retomou as alterações, Alcolumbre defendeu a derrubada do veto ao discursar na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a “Marcha dos Prefeitos”, em Brasília.

“Hoje, são mais de 5.045 municípios que estão abaixo de 65 mil habitantes. Desses, mais de 3.100 estão hoje inadimplentes, portanto, sem poder acessar os convênios de recursos apresentados pelo governo federal, por programas do governo e também de recursos de transferências de emendas parlamentares”, disse.

Waldemir Barreto/Anência Senado



O senador promulgou trecho da LDO que autoriza repasses a estados e municípios em ano de eleições